

FRONTEIRAS E PASSAGENS

NAS CIÊNCIAS SOCIAIS BRASILEIRAS

André Dumans Guedes

Resumo

A partir dos anos 90, e de forma cada vez mais intensa nos últimos anos, cientistas sociais vêm concedendo atenção às chamadas “comunidades tradicionais”, destacando em especial as formas por via das quais tais grupos vêm se constituindo: através de “lutas por território”, onde o que está em jogo é a reivindicação perante o Estado por uma demarcação coletiva de suas “terras tradicionalmente ocupadas”. Tais reivindicações têm se destacado, além do mais e segundo certos autores, pela criação de constrangimentos e limites às “novas fronteiras de acumulação”. É tendo em vista a análise destes processos, bem como a sua correlação com lutas e conflitos que, frequentemente nas mesmas áreas, assumiram outros formatos no passado, que buscamos aqui realizar uma leitura de certos aspectos da obra do sociólogo José de Souza Martins. Privilegiamos então seu debate com o trabalho dos antropólogos Otávio Velho e Roberto Cardoso de Oliveira, para discutirmos rapidamente tópicos como a) a relação entre a “fronteira” e o “campepinato” na Amazônia Oriental, a partir dos anos 60; e b) as semelhanças e diferenças nas formas pelas quais camponeses e indígenas são então afetados pelo avanço da “sociedade nacional” e/ou de suas “frentes pioneiras”.

Palavras-chave: campepinato; indígenas; fronteira; movimentos sociais

1. Introdução

A partir dos anos 90, inúmeros cientistas sociais vêm concedendo atenção às chamadas “comunidades tradicionais”, destacando em especial as formas através das quais tais grupos vêm se constituindo: via as “lutas por território”, onde o que está em jogo é a reivindicação perante o Estado por uma demarcação coletiva das chamadas “terras tradicionalmente ocupadas”. É tendo em vista a análise desta “guinada territorial” (Offen, 2003) que buscamos aqui comparar e relacionar tais “lutas por território” às lutas “camponesas” que, desde meados do século XX e com frequência subsumidas à noção de “reforma agrária”, têm se centrado na reivindicação de “terras” para o trabalho de unidades familiares. De forma sumária, poderíamos dizer que a especificidade das demandas “territoriais” perante as reivindicações por “reforma agrária” reside não apenas no caráter coletivo das áreas demarcadas no primeiro caso; a distinção entre elas evoca, igualmente, a oposição entre reivindicações “étnicas” ou “identitárias” associadas a direitos culturalmente diferenciados, por um lado, e demandas de “classe” por direitos universais, por outro.

Neste contexto, alguns analistas (Umbelino, 2010; M. Almeida, 2007) associam a crescente visibilidade das demandas territoriais ao enfraquecimento e à perda de

legitimidade do projeto da reforma agrária clássica. Nessa mesma direção, outros autores têm destacado o papel desempenhado pela demarcação destas “terras tradicionalmente ocupadas” na criação de constrangimentos às “novas fronteiras de acumulação”, constantemente evocadas hoje em dia a respeito da expansão do agronegócio ou de outros empreendimentos relacionados à produção de commodities. É isso o que leva Sauer et al. (2011, p. 15) a falarem da “guerra ecológica” que emerge das disputas territoriais recentes: de um lado as “comunidades tradicionais” e seus aliados, de outro as “novas agroestratégias e outras formas de acumulação de capital”. Almeida (2011) é ainda mais explícito a esse respeito, ao argumentar que a demarcação de territórios e o reconhecimento de identidades tradicionais são uma forma de resistência mais eficaz e imediata às “agroestratégias” do que as reivindicações por desapropriação de terras para a reforma agrária.

“Agroestratégias que visam incorporar a todo custo e de maneira célere novas extensões de terra ao mercado de commodities” (Almeida, 2011); “expansão da agricultura de grãos com o incremento de fortes conflitos sociais em claro processo de desterritorialização de agricultores familiares e comunidades tradicionais” (Sauer et al., 2011, p. 17), “incorporação de novos espaços ao mercado de terras” num contexto de “aquecimento inédito” deste mercado (Acselrad, 2010, p. 17): para diversos dos autores envolvidos nesse debate, parece necessário não dissociar os processos e tensões decorrentes da demarcação destes territórios tradicionais deste contexto em que pululam e se politizam os “conflitos” oriundos da expansão das “fronteiras de acumulação”.

É tendo em vista tal cenário que buscamos aqui retomar algumas questões suscitadas em debates que ocorreram nas ciências sociais brasileiras nos anos 70 e 80: aí e então, os termos “fronteira” e “conflito” assumiam um lugar singular. Buscaremos então fazer uma leitura de alguns segmentos da obra do sociólogo José de Souza Martins, focando em especial seu diálogo com os antropólogos Otávio Velho e Roberto Cardoso de Oliveira. Em seguida, lançamos mão de tal leitura para discutir algumas questões contemporâneas em torno do “campesinato” e das “comunidades tradicionais”. Procedendo assim, buscamos enfatizar que nas lutas de uns e outros, assim como nas “fronteiras” e “passagens” existentes entre elas, o que está em jogo são também as formas através das quais estas demandas (e aqueles e aquilo a elas associadas) são formuladas e representadas pelos cientistas sociais – cujo papel, num caso como no outro, não pode ser deixado em segundo plano.

2. O Debate Martins-Velho

Partamos daquilo que José de Souza Martins (1996, 1997) chama de “controvérsia sobre o tempo histórico da frente da expansão e da frente pioneira”, buscando apenas explicitar as posições dele e de Velho, seu principal debatedor. A área sobre a qual ambos concentravam sua atenção era a Amazônia Oriental, num contexto em que proliferavam – e se tornavam públicos, sobretudo a partir da atuação da Igreja – os conflitos entre posseiros, em sua maioria de origem nordestina, e as grandes propriedades agropecuárias que, na esteira dos incentivos fiscais e creditícios e dos projetos de colonização criados pela ditadura militar, vinham ocupando (e grilando) parcelas de terra na região.

Na virada dos anos 60 para os 70, Velho realizou uma pesquisa de campo numa região que, mais tarde, seria emblematicamente associada aos conflitos na Amazônia: o entorno da cidade de Marabá, no chamado Bico do Papagaio. Desta pesquisa surgiu sua dissertação de mestrado – “Frentes de Expansão e Estrutura Agrária”. Como o próprio título do trabalho sugere, trata-se menos de um “estudo de área” do que do “tema das frentes de expansão”: ou seja, seu foco reside nos “segmentos extremos da sociedade brasileira que se internavam em áreas antes não exploradas, e apenas ocupadas por sociedades indígenas” (Velho, 1981, p. 13-15). A referência a estas “sociedades indígenas” nesta passagem certamente não é trivial: pois o trabalho de Velho era realizado no interior de um programa de pesquisas levado adiante por etnólogos (ou seja, “especialistas em índio”) cujo principal interesse era o processo de “fricção interétnica” decorrente da “situação de contato” entre “indígenas” e a “sociedade nacional” – ou melhor, via as “frentes de expansão” desta última. Liderado por Roberto Cardoso de Oliveira, tal programa incluía ainda autores como Roberto Da Matta, Roque Laraia e Júlio Cezar Mellati. É assim que, nesta dissertação, Velho (1981) buscará descrever historicamente o avanço da frente pastoril, das frentes extrativistas da borracha, da castanha e do diamante assim como as “novas frentes” agrícolas e pecuárias (na versão impressa da dissertação, um capítulo adicional foi incluído, tratando da Rodovia Transamazônica e das transformações desencadeadas por ela; o início de sua construção coincidiu com o fim do trabalho de campo do autor).

Já num artigo escrito em 1971, Martins esboça os fundamentos de uma crítica à perspectiva de Velho e ao seu “economicismo”, crítica que se fará presente em outros momentos de sua obra.

No mesmo número da revista em que Cardoso de Oliveira publicou seu artigo e projeto de pesquisa, seu aluno Otávio Guilherme C.A. Velho publicou um relatório de trabalho de campo, em princípio norteado por aquele mesmo projeto, em que seu autor diz: “O dinamismo da frente hoje está intimamente ligado à busca da terra”.

(...) Essa afirmação poderia ter diferentes sentidos, mas a ênfase geral do artigo é posta nos aspectos propriamente econômicos da frente de expansão. *É aí que nasce, no meu modo de ver, a reorientação reducionista dos estudos antropológicos da frente de expansão na perspectiva do que os geógrafos definiriam como frente pioneira*, dominados pelas questões econômicas, como se veria no primeiro livro do autor sobre o tema [Velho 1981] (...) Nessa orientação a questão da centralidade do conflito, que motiva Cardoso de Oliveira, vai para um plano inteiramente secundário, embora Velho tenha dito no referido artigo que seu trabalho 'pretende ser um desdobramento do artigo de Roberto Cardoso de Oliveira' (Martins 1997, p.156, grifos do autor).

Antes de mais nada, para compreender o que está em jogo nesta crítica é necessário explicitar a diferença que Martins argumenta existir entre a “frente de expansão” e a “frente pioneira”.

Estamos de fato diante de dois movimentos distintos e combinados de ocupação territorial, que ocupam de formas distintas e conflituosas entre si territórios via de regra já ocupados por sociedades tribais. Através do deslocamento de posseiros é que a sociedade nacional, isto é, branca, se expande sobre territórios tribais. Essa frente de ocupação territorial pode ser chamada de *frente de expansão*. Um segundo movimento [correspondente à *frente pioneira*] é constituído pela forma empresarial e capitalista de ocupação do território – é a grande fazenda, o banco, a casa de comércio, a ferrovia, a estrada, o juiz, o cartório, o Estado (Martins, 1980, p. 75).

De acordo com Martins, é preciso não perder de vista as origens disciplinares diversas dos dois conceitos. A ideia de *frente pioneira* remete para ele à perspectiva dos geógrafos, sobretudo a partir do trabalho do francês Pierre Monbeig, autor cujas formulações a respeito das zonas de colonização paulista e paranaense nos anos 30 e 40 o inspiraram a pensar a Amazônia. Por outro lado, as *frentes de expansão* remeteriam, para Martins, ao ponto de vista dos antropólogos (sobretudo Darcy Ribeiro e Roberto Cardoso de Oliveira): daqueles que, em função de seu interesse nos povos indígenas, analisam a aproximação da “sociedade nacional”.

Este antropólogo não vê a frente de expansão como sendo apenas o deslocamento de agricultores empreendedores, comerciantes, cidades, instituições políticas e jurídicas. Ele inclui nessa definição também as populações pobres, rotineiras, não-indígenas ou mestiças, como os garimpeiros, os vaqueiros, os seringueiros, os castanheiros, pequenos agricultores que praticam uma agricultura de roça antiquada e no limite do mercado (Martins, 1997, p.153).

A frente de expansão inclui, assim, aqueles “brancos” que, acossados e empurrados pela concentração de terras ou pela frente pioneira, são obrigados a se deslocar em direção aos territórios indígenas na sua busca por “terras livres” ou “libertas”. Se a fronteira está caracterizada pela existência destas duas linhas, no esquema de Martins é a frente pioneira que será por ele marcada como particularmente significativa, implicando numa oposição chave para o seu argumento: a existente entre a “terra de trabalho” e a “terra de negócio”. O que está em jogo aí, segundo ele, são “diferentes regimes de propriedade” (Martins, 1980, p.59).

Há no país (...) uma clara oposição entre diferentes regimes de propriedade: de um lado, o regime que leva o conflito aos lavradores e trabalhadores rurais, que é o regime de *propriedade capitalista* [“terra de negócio”]; de outro, os regimes de propriedade que têm sido atacados pelo capital, que é o da propriedade familiar, como o dos pequenos lavradores do sul e de outras regiões; o da propriedade comunitária dos povos indígenas; e o da posse, difundido em todo o país, sobretudo na Amazônia Legal [“terra de trabalho”] (Martins, 1980, p.59).

A terra tem um valor de uso para o posseiro, e um valor sagrado para o indígena, mas essa diferença é relegada por Martins a um segundo plano diante de uma distinção mais fundamental. A terra, para o posseiro e para o indígena, aparece como um “bem comum” – o que é algo radicalmente diverso, e integralmente oposto, à sua apropriação privada e mercantil. Seja a “tradição” ou o “trabalho”, são então outras as instituições que legitimam o “direito de propriedade” de indígenas e posseiros. A propriedade privada, enquanto instituição alheia ao pensamento e a prática destes últimos, instaura entre eles e aqueles “vem de fora, dos centros econômica e politicamente hegemônicos da sociedade brasileira” (Martins, 1980, p. 70), uma barreira ou “fronteira” de tal ordem que não é possível conciliação entre estes diferentes universos. O seu encontro, como veremos a seguir, implica com grande frequência no conflito.

É este “dualismo” exacerbado entre as lógicas “capitalistas” e não-capitalistas o que será criticado por Velho e alguns de seus orientados. Dentre estes últimos, Musumeci (1984, p. 2) explicita já no resumo de sua dissertação que seu trabalho foi redigido no contexto deste debate, e com objetivos precisos.

o trabalho analisa as práticas e representações sociais de pequenos produtores migrantes com relação à posse e uso da terra na fronteira, discutindo as formulações dualistas, segundo as quais o camponês-posseiro da Amazônia encarna regras econômicas e jurídicas

exteriores e antagônicas às da sociedade capitalista. A tese mostra que o avanço das frentes camponesas no Maranhão sempre esteve intimamente relacionado ao movimento e aos interesses do capital mercantil-usurário, bem com a formas peculiares de hierarquia e dominação social, e que não instituiu economias isoladas, 'de subsistência' ou de 'excedentes'. Investiga os mecanismo de crédito e comercialização que integram e direcionam a atividade econômica do tipo de pequeno produtor que sustentam esses mecanismos e através das quais se processa e se reproduz a diferenciação econômica e social no interior das 'comunidades' camponesas na fronteira".

Velho e Musumeci buscavam então argumentar que, ao contrário da existência de uma contraposição rígida ou de um embate entre diferentes lógicas, ocorria sim uma subordinação do campesinato da fronteira a um capital mercantil e usurário que já o acompanharia antes mesmo dele ocupar aquelas áreas, sendo por vezes até mesmo responsável pelo seu deslocamento para lá. Mesmo que condicionada pelos limites impostos pelas relações de patronagem existente nestes circuitos de mercado, estaria dada, inclusive, a possibilidade de uma diferenciação no interior desse campesinato, alguns de seus segmentos tendo sido efetivamente capazes de ascender socialmente.

De fato, pesquisas como a de Musumeci (1984) parecem ter dado razão aos que criticavam Martins pelo seu "dualismo", ao mostrarem empiricamente quão frequentes e comuns eram as relações entre posseiros e "capitalistas", tornando pouco sustentável uma distinção tão rígida e clara entre a frente de expansão e a frente pioneira. Ao buscar descrever as condições sob as quais se dá o "encontro" ou o "contato" entre lógicas e práticas distintas, Martins parece não ter se dado conta de que o aparecimento de conflitos violentos não impede, em outros momentos ou circunstâncias, a coexistência relativamente pacífica entre elas: por exemplo, justamente através daquela patronagem que tanta atenção recebe de Musumeci e Velho. Lopes (1999, p. 228) destaca que, de acordo com este último, "o pequeno produtor nas áreas de fronteira é, para o capitalista, além de posseiro incômodo, o fornecedor de arroz, o cliente, o eleitor e até mesmo o compadre".

Para Martins, não há conciliação possível entre o posseiro e o capitalista, entre a "terra de trabalho" e a "terra de negócio". Se o encontro entre estas duas lógicas é inexorável, então o conflito surgirá. Mais do que isso, o conflito se revela, para ele, como elemento definidor do que significa a fronteira:

O que há de sociologicamente mais relevante para caracterizar e definir a fronteira no Brasil é, justamente, a situação de conflito social. (...) nesse conflito, a fronteira é essencialmente o lugar da alteridade. É isso o que faz dela uma realidade singular (Martins, 1997, p.150).

No confronto entre posseiros (e também indígenas) e os que então se tornavam grandes proprietários de terra na Amazônia não estava em jogo, para Martins, apenas a disputa por um mesmo recurso – o que ocorria de fato era o embate entre mundos diferentes e incompatíveis. É uma “alteridade mortal” (Martins, 1997, p.151) o que se produz na fronteira, e é por isso também que ela é identificada aos “confins do humano”. Fica evidente, assim, a preocupação de Martins em marcar a exterioridade radical da prática e dos valores dos posseiros e indígenas, do “saber e direito popular” (Lopes, 1987, p. 117), perante a lógica capitalista da apropriação privada e mercantil da terra. Trata-se de um confronto, nesse sentido, entre “diferenças” (Martins, 1996, p.31) que, em virtude de sua incompatibilidade, na prática encontram sua expressão na luta pela terra. Mas qual o caráter de tais diferenças, sob que critério elas podem ser explicitadas? Os diferentes “aspectos” dessa diferença se fazem presentes, por exemplo, na passagem abaixo:

Cada uma dessas realidades tem o seu próprio tempo histórico, se considerarmos que a referência à inserção ou não na fronteira econômica indicam também diferentes níveis de desenvolvimento econômico que, associados a níveis e modalidades de desenvolvimento do modo de vida, sugerem datas históricas distintas e desencontradas no desenvolvimento da sociedade, ainda que contemporâneas. E não me refiro apenas à inserção em diferentes etapas coexistentes do desenvolvimento econômico. Refiro-me sobretudo às mentalidades, aos vários arcaísmos de pensamento e conduta que igualmente coexistem com o que é atual. E não estou falando de atraso social e econômico. Estou falando da contemporaneidade da diversidade. Estou falando das diferenças que definem seja a individualidade das pessoas, seja a identidade dos grupos (Martins, 1996, p.31, grifos meus).

3. Martins inspirado por Cardoso de Oliveira

Tendo em vista a questão destas “diferenças”, lembremo-nos da crítica dirigida por Martins a Otávio Velho, acima evocada. O primeiro acusa o segundo de “economicismo”, ao privilegiar os “aspectos propriamente econômicos da frente de expansão”. Tal postura implicaria numa “reorientação reducionista dos estudos antropológicos da frente de expansão na perspectiva do que os geógrafos definiriam como frente pioneira, dominadas pelas questões econômicas” (Martins, 1997, p.156). Se estamos diante de uma “reorientação reducionista”, é porque Martins identifica na perspectiva de Velho um retrocesso perante os trabalhos do próprio orientador deste último – Roberto Cardoso de Oliveira. E são justamente as formulações deste antropólogo o que nos interessa neste momento: elas

parecem ter exercido uma significativa influência sobre as ideias de Martins a respeito da fronteira. Sem condições e espaço no momento para explorar estas formulações com a atenção que merecem, buscaremos sugerir rapidamente que (1) essa “influência” de Cardoso de Oliveira ajuda a explicar a questão das “diferenças”, evocada no término da sessão anterior; e que (2) esse tópico específico oferece uma entrada particularmente interessante para algumas das indagações que constituem o cerne desta pesquisa – temos em mente, aqui, as formas como foram trabalhadas, no interior do pensamento social brasileiro, as fronteiras e relações entre os estudos camponeses e os estudos indígenas. Partamos então do que o próprio Martins tem a dizer sobre esse respeito:

A perda de substância antropológica da concepção de frente de expansão e sua redução aos aspectos meramente econômicos da vida na fronteira é certamente um fato a lamentar, pois empobreceu enormemente o estudo da expansão da fronteira no momento em que ele poderia ter sido antropológicamente mais rico. Antes dessa perda de substância, Roberto Cardoso de Oliveira pusera o tema da frente de expansão em termos mais adequados, mais ricos e mais promissores do que os que prevaleceriam depois. Em seus trabalhos, a frente de expansão se define pela *situação de contato*, isto é, pelo pressuposto metodológico da totalidade, como é próprio da tradição dialética (cf. Oliveira, 1964:15-18). Aí, as relações interétnicas são relações de *fricção interétnica*, o equivalente lógico, mas não ontológico, como ele esclarece, da luta de classes (cf. Oliveira, 1967:44). Embora Oliveira esteja se referindo às relações entre índios e brancos, sua interpretação já é indicativa da impossibilidade de analisar a realidade dos protagonistas da fronteira de outro modo que não seja como momento de uma totalidade dialética e, portanto, momento de contradição e lugar de conflito (Martins 1996:29).

Martins explicita aí as diferenças entre seus interesses e o de Cardoso de Oliveira: este último está tratando sobretudo das “relações entre índios e brancos”. Por outro lado, uma série de indícios – a começar pela citação acima – sugere que esta modalidade de encontro (ou “contato”) específico fornece elementos para que Martins pense a relação entre os camponeses-possesores e os participantes “capitalistas” da frente pioneira. Em primeiro lugar, a noção de “situação de fronteira” de Martins parece claramente inspirada pelas ideias de “situação de contato” e de “situação colonial” abordadas por Cardoso de Oliveira (1978a, 1978b). Além disso, o próprio Cardoso de Oliveira (1978b, p. 80-1) insinua a possibilidade de tal apropriação e extensão de sua perspectiva para além das relações interétnicas num sentido estrito. Recorrendo ao conceito de “colonialismo interno”, por ele estreitamente vinculado ao de “fricção interétnica” (e também ao de “situação colonial”) ele chega a argumentar que tal noção “não traduzia unicamente o lugar ocupado pelo índio nesse

processo de alienação do homem: relações 'coloniais' se estabeleciam entre segmentos nacionais (cidade-campo, fazendeiros-peões, seringalistas-seringueiros, etc.) e entre estes e as populações tribais". Em outro artigo (1978a, p.68), ainda a respeito deste "colonialismo interno", ele afirma: "isto quer dizer que as relações de trabalho em vastas regiões do país se dão no nível de 'relações coloniais', e que envolvem não apenas os índios, mas também as classes regionais destituídas de poder econômico e político. Em trabalho recente (...) estudamos esse problema, isto é, o da dialética entre 'a situação de classe' e a 'situação étnica'".

Certamente não reside nas relações entre fazendeiros e peões, ou entre seringalistas e seringueiros, o foco da atenção de Martins (tais grupos remeteriam, usualmente, às "populações pobres e ricas" presentes no interior da frente de expansão - e seu interesse maior reside, como mostramos, na frente pioneira e nas suas implicações). O que parece lhe interessar na perspectiva de Cardoso de Oliveira é a possibilidade de pensar o encontro entre posseiros e capitalistas como um choque "entre os seus mundos" (Martins, 1996, p.32) da mesma natureza (mas com menor intensidade, talvez) que aquele produzido no contato entre brancos e índios. No caso dos indígenas, esta "dialética entre a situação de classe e a situação étnica" parece suficiente para a explicitação do que está em jogo neste choque entre mundos. Já no que diz respeito aos posseiros, não se trata apenas de uma questão econômica (conforme as acusações a Velho), e também a luta de classes não parece dar conta de tantas e tão diversas "diferenças" em choque. Se os antropólogos dispõem do adjetivo "étnico" para, de forma econômica e rápida, evocar na cabeça de seus leitores o conjunto de particularidades referentes à "identidade dos grupos", à "conduta", às "mentalidades", aos "níveis e modalidades de desenvolvimento do modo de vida" (todos os termos são de Martins 1996), o mesmo não ocorre com o Martins. Se os primeiros falam no contato de diferentes etnias e na fricção interétnica, por sua vez ele irá evocar, a respeito destas relações entre camponeses e a frente pioneira, a "contemporaneidade de tempos históricos" (1996, p.25) diversos se encontrando e se confrontando - definindo sociologicamente a fronteira a partir daí.

A diversidade destas "diferenças" entre "posseiros" e "capitalistas" está para ele, assim, subsumida pela noção de "tempo" ou "temporalidade histórica" - algo mais abrangente do que "concepções de vida" ou "visões de mundo de cada um desses grupos humanos" (1996, p.27). É esta noção que parece responder, para ele, àquela exigência de "totalidade dialética" necessária para a análise da realidade da fronteira, contemplando as múltiplas dimensões presentes nesse encontro e contornando os "economicismos" ou

reduccionismos de todo gênero. A especificidade, diferença e exterioridade dos posseiros perante outros grupos remete, assim e no limite, aos seus “arcaísmos de pensamento e de conduta”.

4. Etnicidade e indigenização da modernidade

Arruti (2006, p.13) mostra as transformações pelas quais passaram os estudos sobre as “comunidades negras rurais”. Num primeiro momento, estes trabalhos poderiam ser considerados como “estudos de comunidades rurais que apresentam a particularidade de serem negras (...), exemplos institucionalmente isolados, não guardando nenhuma perspectiva comum aparente”. Dentre estes exemplos, dois nos chamam a atenção: são os trabalhos de Carlos Rodrigues Brandão e Luiz Eduardo Soares – respectivamente, orientados de José de Souza Martins e Otávio Velho (Brandão, no mestrado, foi orientado por Roberto Cardoso de Oliveira). Prosseguindo, este autor destaca: “Mas ao longo da década de 80, quando tem início na USP uma nova série de estudos interligados e que passam a operar com o conceito de ‘etnicidade’, surgem trabalhos que, invertendo ligeiramente a questão, poderíamos pensar como *estudos sobre comunidades negras que tinham a particularidade de serem camponesas*” (p.13).

Tal inflexão pode ser melhor compreendida à luz dos comentários de Souza Lima (1998, p. 233), destacando esse processo tão debatido hoje em dia:

Dos anos 1930-40 até o início dos anos 1970 a *estória* dominante na etnologia norte-americana tratava os nativos como sendo oriundos de um passado idealizado como glorioso, um presente de decadência e desestruturação e um futuro sinônimo de *assimilação* (aliás, este sendo o termo-chave da *estória*). No que se refere à organização da etnografia propriamente dita, procurava-se realizar a reconstituição de uma origem, de uma cultura indígena intocada. Apesar da preocupação com a extinção cultural dos grupos indígenas, a assimilação parecia inevitável e indiscutível: era *tarefa urgente* da Antropologia descrever estas tradições ‘autênticas’ antes que elas desaparecessem. Na *estória* dos anos 70, cuja palavra-chave seria *etnicidade*, os termos se inverteriam, o passado sendo visto como exploração, o presente como resistência e a utopia futura, o revivalismo étnico.

As ideias associadas ao termo “etnia” transformaram-se assim em duas direções, bastante relacionadas entre si. De um lado, temos o elemento “étnico” passando a desempenhar crescente importância no estudo de grupos cujo interesse para os pesquisadores residia anteriormente em outros aspectos. É esse o caso daquelas

comunidades rurais cuja “particularidade de serem negras” alguns anos depois passou a definir seu principal atributo do ponto de vista analítico: sua etnicidade. De outro lado, o “étnico” deixa de vincular-se tanto a processos de “decadência e desestruturação” (como em “fricção interétnica”) para designar também movimentos de resistência e projetos políticos em que as particularidades culturais dos grupos desempenham um papel fundamental.

Tal “revivalismo étnico” se associa claramente àquela “intensificação cultural” do final do século XX discutida por Sahlins (1998). Deste processo, o que nos interessa aqui são suas implicações sobre a forma como os cientistas sociais concebem os povos que estudam. Pois diante dele foram questionadas, e em boa medida rejeitadas a um segundo plano, aquelas “narrativas do desalento” (Sahlins, 1998) que orientavam a perspectiva de autores como Cardoso de Oliveira e – por que não? – Martins.

Se os antropólogos foram desde sempre assombrados pela possibilidade de perda de seu objeto de análise – o *vanishing primitive*, já por Malinowski evocado no momento mesmo em que se iniciava a antropologia moderna – os estudiosos das sociedades camponesas parecem vir convivendo há muito com seus próprios fantasmas: no caso, a morte do campesinato, já enterrado e ressuscitado tantas vezes (cf. M. Almeida 2007). Num certo sentido, tal fantasma parece ter se feito presente também na análise de Martins a respeito do campesinato da fronteira. Para esse último, não havia como evocar aquela “assimilação” que – de forma rápida ou lenta, mas certa – incorporaria os índios à sociedade nacional, no limite os desetnicizando. Por outro lado, para ele não havia muitas dúvidas de que aquele “mundo rústico, dotado de lógica própria” (Martins, 1996, p.61), diante do “assédio da ordem capitalista” (Sahlins, 1998, p.42), iria se desintegrar. O caráter totalizante que Martins e Cardoso de Oliveira buscavam imprimir a suas análises – o primeiro de acordo com seu historicismo dialético, o segundo a partir dos princípios do estrutural-funcionalismo – levava-os a concluir que, diante da “sociedade nacional” ou do “capitalismo”, às culturas tradicionais (índigenas ou não), íntegras somente enquanto “totais”, restava apenas uma alternativa: ou resistir, se mantendo a curto ou médio prazo incólumes à contaminação exterior desagregadora do todo; ou colapsar (via a assimilação e/ou a proletarização). Independentemente disso, cabe a Martins o mérito por ter buscado pensar, via esta aproximação analítica entre camponeses e indígenas, a relação entre aspectos “culturais” dos primeiros e a modernidade “capitalista” – de certa forma, se antecipando aos desdobramentos políticos e intelectuais que fizeram desta relação um elemento chave nas discussões atuais sobre as comunidades tradicionais.

5. A Fronteira, a Mobilidade e a Mobilização

Como argumentei na introdução, diversos autores têm ressaltado atualmente a importância da delimitação dos “territórios” das comunidades tradicionais na resistência ao avanço das novas “fronteiras” de acumulação. Note-se que, no contexto destes debates, o termo “fronteira” se vincula exclusivamente ao deslocamento ou expansão de formas “modernas” ou “capitalistas” de produção. As comunidades ameaçadas por estas últimas “já estão ocupando efetivamente as terras” (Almeida, 2011, p.39), e é na sua permanência ou “sedentariedade” que são capazes de resistir a este avanço de seus antagonistas potenciais. Naturalmente, tratamos aqui de contextos e lutas distintas, separados por três ou quatro décadas no tempo. Ainda assim (ou justamente por isso), a comparação pode nos ajudar a pensar algo a respeito de como, no debate atual sobre as comunidades tradicionais, foi construída e privilegiada uma articulação específica entre certas dimensões “espaciais” e outras “culturais”: tenho em mente aqui a relação entre “território” e “identidade”.

Lembremo-nos de que Martins (1997, p.153) inclui entre os grupos constituintes da frente de expansão os castanheiros e os seringueiros. Até meados dos anos 80, estes últimos eram descritos, por ele por outros autores, à luz dos conflitos que implicavam nos seus “avanços”, ou naqueles que deles decorriam. Poderíamos dizer assim que tudo e todos estão em movimento na fronteira abordada por Martins (e também por Velho e seus alunos): os empresários, as agências estatais, as firmas e fazendas chegando e empurrando adiante os posseiros, que volta e meia se defrontam com grupos indígenas e fazem com que estes últimos se desloquem, adentrando cada vez mais fundo na mata. Estes mesmos seringueiros, por outro lado, são hoje um exemplo emblemático de um grupo que foi capaz de assegurar o domínio de “seus” territórios, tendo ainda oferecido a comunidades tradicionais diversas um modelo de reivindicação bem sucedido e generalizável – as Reservas Extrativistas. Não há, entretanto, contradição entre estas formulações, se levamos em consideração que na transição de um momento a outro se fez presente um processo de luta e criação de instituições cuja complexidade – explorada em detalhes por uma já extensa literatura (e.g. Cunha e M. Almeida, 2009) – induz-nos a pensar que o “território” dos seringueiros não é “natural” ou historicamente consolidado, sua existência estando condicionada à existência de tal luta e criação de instituições.

Pretendemos sugerir com isso que a “virada territorial” (Offen 2003) diz respeito não exatamente aos esforços de certos grupos para “manter ou recuperar o controle das áreas que habitam” (Kent 2011, p.555) – como se o que estivesse em jogo fosse apenas a necessidade de

fazer o Estado reconhecer usos do espaço costumeiros e pré-existentes à luta política. Conforme a sugestão de Kent (2011, p. 555), o território deve então ser entendido como uma “invenção”,

resultado da interação entre valores tradicionais e os acontecimentos pouco tradicionais do século XX (...) Assim, ao invés de supor a preexistência de territórios indígenas costumeiros, é preciso explorar como os entendimentos de possuir um território fixo são moldados e experimentados (...); em outras palavras, como a ideia de um território demarcado e fixo torna-se socialmente aceitável.

Faz-se necessário assim contextualizar as ideias de “território” e “identidade”, também em razão da popularidade de certas narrativas que, simpáticas à causa das comunidades tradicionais, inadvertidamente naturalizam o “enraizamento” de tais grupos (é esse o caso, por exemplo, de certos usos do conceito de “desterritorialização” – para uma crítica deles, ver Guedes, 2011, p.431-444). O que seria um direito ou reivindicação passa a ser considerado um traço cultural primordial, por vezes próximo de algo como uma “segunda natureza”; o território se confunde então com uma “homeland” (Little 2002) preexistente a tal processo de politização, sendo por ele meramente explicitada, reconhecida ou formalizada. Pois se frequentemente usamos o mesmo termo – “território” – para designar um projeto político e tais usos costumeiros do espaço, analiticamente é possível afirmar que tratamos de coisas distintas; o que não quer dizer que elas não estejam relacionadas, já que tais projetos políticos se ancoram – via mediações diversas que devem ser consideradas – justamente sobre aqueles usos. Não pretendemos, com isso, argumentar que a natureza do processo político de mobilização responda inteiramente pela diferença entre as lutas por terra e por território. O que não pode ser deixado de lado é o caráter criativo e transformador deste processo, que tende a ser obscurecido quando se supõe que o “território” representa diretamente sentidos e usos do espaço preexistentes a ele.

Bibliografia

ACSELRAD, Henri. “Mapeamentos, Identidades e Territórios”. In: Acselrad, Henri (org.) Cartografia Social e Dinâmicas Territoriais. Marcos para o Debate. . Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, IPPUR, 2010.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. “A reconfiguração das agroestratégias: novo capítulo da guerra ecológica”. In: Sauer, Sérgio e Almeida, Wellington. Terras e Territórios na Amazônia: Demandas, Desafios e Perspectivas. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011.

ALMEIDA, Mauro. "Narrativas agrárias e a morte do campesinato". *Ruris*, v.1, n.2, setembro 2007.

ARRUTI, José Maurício Andion. "A emergência dos 'remanescentes': notas para um diálogo entre indígenas e quilombos". *Mana* 3(2):7-38, Rio de Janeiro, 1997.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. "A noção de colonialismo interno na etnologia". In: A sociologia do Brasil indígena. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978a.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. "Bases para uma política indigenista". In: A sociologia do Brasil indígena. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978d.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. "Problemas e Hipóteses relativos à fricção interétnica". In: A sociologia do Brasil indígena. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978b.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. "Utopia e política indigenista". In: A sociologia do Brasil indígena. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978c.

CUNHA, Manuela Carneiro da e ALMEIDA, Mauro. "Populações tradicionais e conservação ambiental". In: Cunha, Manuela Carneiro da. Cultura com Aspas. São Paulo: Cosac Naif, 2009.

GUEDES, André Dumans. O Trecho, as Mães e os Papéis. Movimentos e Durações no Norte de Goiás. Tese de Doutorado em Antropologia Social, PPGAS-Museu Nacional, 2011.

KENT, Michael. "Práticas territoriais indígenas entre a flexibilidade e a fixação". *Mana*, 17(3), 2011.

LIMA, Antônio Carlos. "A 'identificação' como categoria histórica". In: Pacheco de Oliveira, João. Indigenismo e Territorialização. Poderes, Rotinas e Saberes Coloniais no Brasil Contemporâneo. Rio de Janeiro: Contracapa, 1998.

LITTLE, Paul. "Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade". Brasília: Série Antropologia, n.322, UnB, 2002.

LOPES, Raquel Miranda. Etnografia de um saber disciplinar : um olhar por sobre a sociologia e a antropologia do campesinato. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Unicamp. Campinas, 1999.

MARTINS, José de Souza. "A Vida Privada nas Áreas de Expansão da Sociedade Brasileira" In: Novaes, Fernando (org.) História da Vida Privada no Brasil - Contrastes da Intimidade Contemporânea, vol. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MARTINS, José de Souza. "O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira". *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, S. Paulo, 8(1): 25-70, maio de 1996.

MARTINS, José de Souza. Expropriação e violência. São Paulo: Hucitec, 1980.

MARTINS, José de Souza. Fronteira. A degradação do Outro nos confins do humano. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

MUSUMECI, Leonarda. O Mito da Terra Liberta. Colonização "esponânea", campesinato e

patronagem na Amazônia Oriental. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, PPGAS/MN/UFRJ, 1984.

OFFEN, Karl. "The Territorial Turn: Making Black Communities in Pacific Colômbia". *Journal of Latin American Geography* 2, no 1 (2003).

SAUER, Sérgio; ALMEIDA, Wellington. In: Sauer, Sérgio e Almeida, Wellington. Terras e Territórios na Amazônia: Demandas, Desafios e Perspectivas. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011.

UMBELINO, Ariosvaldo. "Os posseiros voltam a assumir o protagonismo da luta camponesa pela terra no Brasil". In: Conflitos no Campo no Brasil 2010. Goiânia: Comissão Pastoral da Terra, 2011.

VELHO, Otávio. Frentes de Expansão e Estrutura Agrária. Estudo do Processo de Penetração numa Área da Transamazônica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.